

Missão técnica do FMI está no Brasil para o levantamento de dados

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Uma missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) chegou ontem a Brasília para dar início ao levantamento de dados estatísticos necessários à elaboração do relatório anual de 1992 previsto nos termos do artigo 4º dos estatutos do organismo. Por este artigo, todo país-membro do FMI deve ser anualmente avaliado em termos econômicos.

O chefe da missão, e também chefe da divisão do Atlântico Sul do FMI, o argentino José Fajgembaum, só chegará ao País no próximo fim de semana. Até lá, os quatro técnicos que estão em Brasília vão se dedicar a trabalhos internos, adiantando o processo de levantamento de informações. A missão é composta por Saul Lizondo, Alejandro Garcia, Philippe Szymczak e Bob Traa, e não há ainda prazo para a sua permanência no País.

Antes da mudança de ministros, havia a expectativa da equipe do ministro Paulo Haddad de que a missão técnica pudesse ser transformada em missão negociadora ao longo de sua permanência no País, dependendo das manifestações do Congresso Nacional com relação ao projeto

de emenda constitucional do ajuste fiscal.

A votação em segundo turno no Senado estava prevista para o dia 8 de março. O negociador da dívida externa, Pedro Malan, avaliou ontem para este jornal que não há razão para o acordo com o FMI ficar em suspenso a despeito da troca de ministros.

BASE

"A missão começará a trabalhar nos números de 1992 e isto servirá de base para as discussões dos números de 1993", disse ele, apontando como consenso dentro e fora do governo e do FMI de que o País deve se fixar em atingir metas fiscais de superávit primário (desconta as correções monetária e cambial e os juros internos e externos).

A retomada das conversações com o FMI, em torno do acordo do tipo "stand by", interrompido no primeiro semestre do ano passado, vai implicar a definição de uma série de aspectos. Não só a definição das metas dos critérios de performance mas também o próprio perfil do acordo terá de ser acertado.

O acordo firmado em janeiro de 1992 envolvia 1,5 bilhão de direitos especiais de saque (DES) — cada um vale hoje cerca de US\$ 2,1 — com duração de 18 meses.